



## ANÁLISE DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO DE 2018: UM ENFOQUE NA OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO<sup>1</sup>

Vinicius Rübenich<sup>2</sup>  
Ellen Martins Pereira<sup>3</sup>  
Elionai de Moraes Postiglione<sup>4</sup>

Esta pesquisa trata de evidenciar as questões legais que envolvem a Lei Orçamentária Anual (LOA) da União do ano de 2018. O problema de pesquisa remete-se a investigar como os mecanismos orçamentários básicos elencados na legislação vigente foram utilizados na LOA 2018? O objetivo foi analisar a LOA 2018, buscando evidências da aplicação adequada da legislação. O método utilizado é estudo de caso que é uma investigação empírica, na qual o pesquisador não consegue controlar os eventos e variáveis, mas mesmo assim busca descrever, compreender e interpretar um caso concreto (MARTINS, 2008). Foi encontrado, logo, nas disposições preliminares elementos como princípio clareza, pois a linguagem é de fácil compreensão, da publicidade, pois a mesma é pública, da anualidade, pois a vigência da mesma é o exercício financeiro do ano de 2018, e pode-se verificar a organização nos orçamentos que integram a Lei Orçamentária Anual, orçamento fiscal, de investimento e seguridade social. Em seguida, no Capítulo Dois fica evidente o primeiro estágio da Receita Pública, a previsão e na segunda Seção o primeiro estágio da Despesa Pública, a fixação, ficando evidenciado o princípio do orçamento bruto e do equilíbrio financeiro. Na seguinte Seção é tratado o mecanismo de Créditos Suplementares, que permite aumentar a dotação orçamentária, mostrando a validade do princípio da exclusividade. Além dessas questões observadas, pode-se entender como claro que os mecanismos e elementos expostos na legislação foram respeitados LOA/2018. Em relação a este estudo, a linha de pesquisa é de Contabilidade Aplicada, Auditoria, Controladoria e Perícia.

**Palavras-chave:** Lei Orçamentária Anual. Princípios Orçamentários. Contabilidade Pública.

### Referências

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 17. ed, São Paulo: Editora Atlas, 2017.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**, 15. ed, São Paulo: Editora Atlas, 2016.

<sup>1</sup> Pesquisa apresentada na Disciplina de Contabilidade Pública I, do Curso de Ciências Contábeis da Fadisma

<sup>2</sup> Autor, acadêmico do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis da FADISMA. e-mail: rubenich.vinicius@gmail.com

<sup>3</sup> Autora, acadêmica do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis da FADISMA. e-mail: ellen\_m@hotmail.com

<sup>4</sup> Orientador, Professor, do curso de Ciências Contábeis da FADISMA, Mestre. e-mail: elionaimp@gmail.com



MARTINS, G. A. **Estudo de Caso**: Uma estratégia de pesquisa, 2. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

BRASIL, Lei Nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jan. 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13587.htm)>. Acesso em: 07 out. 2018.

SILVA, J. A. F. **Contabilidade Pública**, 1. Ed. São Paulo: Editora Método, 2004.

SLOMSKI, V. **Manual de Contabilidade Pública**. 3. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.